

AMBULANTES GDF VAI ESPERAR DECISÃO DA JUSTIÇA ANTES DE FISCALIZAR ZONA CENTRAL

Remoção está suspensa

Grasielle Castro

O GDF suspendeu a operação de retirada dos ambulantes em toda a área central do Plano Piloto, prevista para hoje. A decisão foi tomada depois que a Justiça paralisou o processo de transferência dos feirantes para o Shopping Popular. De acordo com o subsecretário de Fiscalização, Antônio Alves, a remoção só será feita quando a questão for resolvida.

A secretaria deveria começar a monitorar a área hoje, quando os ambulantes deveriam estar no Shopping Popular, construído ao lado da Rodoferrviária. No entanto, uma liminar da Justiça expedida na última quinta-feira suspendeu o sorteio que iria distribuir os boxes aos feirantes. Desde o início da semana passada, quando começaram os sorteios, os ambulantes enfrentam obstáculos para a mudança. No último dia 24, o GDF divulgou uma lista com 1.657 nomes de pessoas beneficiadas com um estande. No dia seguinte, o número foi corrigido e chegou a 1.633. E, marcados por muito tumulto, começaram os sorteios pelos números do estandes. Dos beneficiados, apenas 270 não compareceram ao sorteio. E no total, segundo o presidente da Associação do Shopping Popular de Brasília (Asshop), Caio Donato, 400 feirantes ficaram de fora.

Ao perceber que muitas pessoas que entregaram a documentação não estavam com o nome na lista, a presidente da Associação dos Feirantes e Ambulantes de Brasília (Asfab), Marialva Rocha da Silva, entrou na Justiça pedindo a suspensão

do sorteio. A coordenadora das Feiras, Márcia Fernandez, que é responsável por comandar o sorteio dos estandes, afirmou que a decisão de entrar na Justiça foi precipitada. Além de garantir que quem se cadastrou foi contemplado, a coordenadora disse que seria publicada uma nova lista incluindo todos os nomes. Segundo Márcia Fernandez, o GDF vai recorrer a decisão da Justiça e solicitar que permaneçam os números sorteados para que seja garantido o direito de quem já recebeu o espaço.

Apreensão

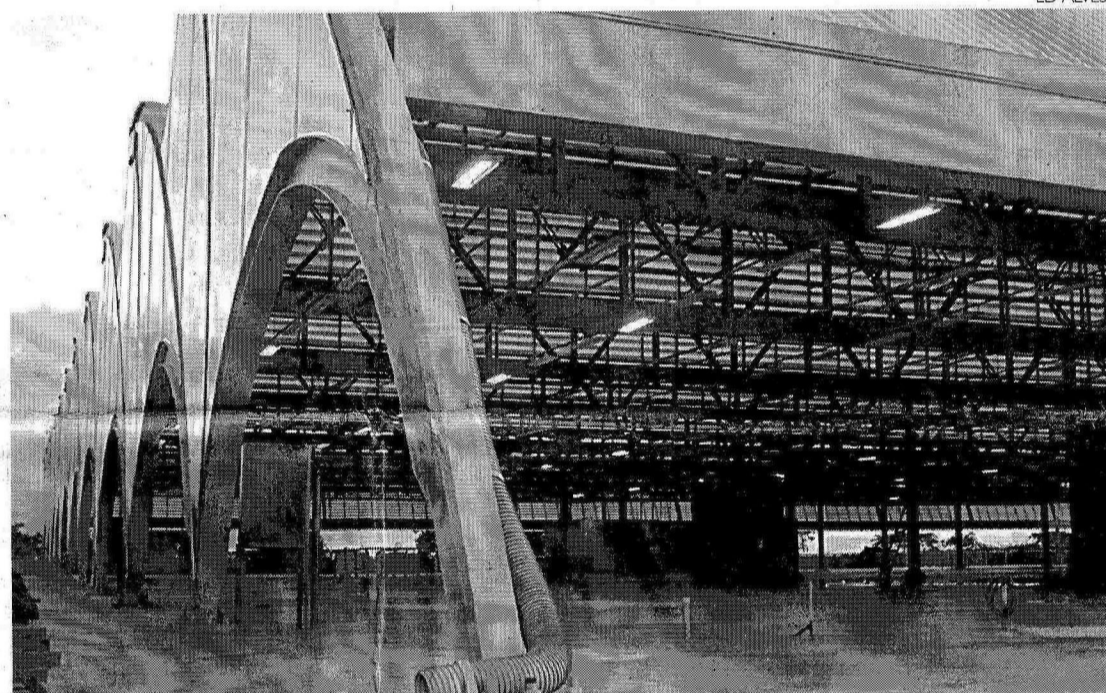
A preocupação dos ambulantes é de, em meio a essa confusão, ficar sem lugar. Segundo o presidente da Associação do Shopping Popular de Brasília (Asshop), Caio Donato, os feirantes estão apreensivos com medo de a Justiça acatar a decisão de anular o sorteio e o Ministério Público fazer uma citação dos boxes.

"Se isso ocorrer, os ambulantes não têm a menor chance. Com certeza, a gente não vai conseguir ganhar um estande por meio de licitação. E, ainda, vamos ficar com as dívidas que já foram feitas para iniciar a construção dos boxes", desabafa.

Além disso, Caio ressalta que existe a possibilidade de a fiscalização retirar os ambulantes sem que eles tenham lugar para ir. O subsecretário de Fiscalização, entretanto, tranquiliza o setor e diz que a retirada só deve ocorrer se houver uma contra-ordem do governador José Roberto Arruda. "Por enquanto, vamos manter a paciência e aguardar que eles mudem para o Shopping Popular", destaca.



■ AMBULANTES VÃO CONTINUAR NA ZONA CENTRAL DO PLANO PILOTO POR ENQUANTO, SEGUNDO SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO



■ COM INAUGURAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 10, SHOPPING POPULAR TERÁ LUGAR PARA 1.704 BOXES



■ O SORTEIO PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS BOXES FOI TUMULTUADO E MOTIVOU AÇÃO NA JUSTIÇA



■ PARA ALFREDO GASTAL, DO IPHAN, RETIRADA DOS AMBULANTES VAI PERMITIR REVITALIZAÇÃO DO SCS

Iphan acompanha

Durante o tempo em que houver este impasse entre o GDF e a Justiça, os ambulantes continuarão a ocupar área a tombada de Brasília. O superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Alfredo Gastal, espera que o governo local cumpra o compromisso de retirar os feirantes da zona central de Brasília. "Confio que o GDF fará cumprir a própria legislação", afirma o superintendente.

Gastal informa que o Iphan não vai entrar na questão porque é um problema administrativo do governo, mas ressalta que isso merece atenção. "O Iphan tem uma postura muito clara com relação à ocupação irregular e ela deve ser ordenada", disse.

Para ele, é mais proveitoso para os próprios ambulantes que eles tenham um local definitivo e certo. "Até para que tenham um endereço", completa. O presidente da Associação do Shopping Popular de Brasília (Asshop), Caio Donato, reconhece que essa é uma das vantagens. "O shopping faz com que os feirantes viam microempresários". Mas sem local definido para ir, Donato garante que não há chance de os ambulantes deixarem a área central.

Briga antiga

Essa briga dura mais de oito anos. Em 2000, alguns empresários do Setor Comercial Sul abriram um processo contra o GDF na 5ª Vara de Fazenda Pública, exigindo a retirada

"Confio que o GDF fará cumprir a própria legislação"

ALFREDO GASTAL,
SUPERINTENDENTE DO
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL (IPHAN)

dos ambulantes. Com a ação ganha, o governo deveria pagar multa de R\$ 5 mil, caso não retirasse os ambulantes. Mas foi feito um acordo que previa a suspensão da pena com a condição de que os feirantes deixassem o local assim que o Shopping Popular fosse construído.

Com a saída dos ambulantes, entrará em ação um plano de revitalização do Setor Comercial Sul. Essa é uma antiga idéia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, em parceria com outros órgãos do GDF e da área federal, dentre eles o Iphan, a Infraero e os Correios.

Estão previstas obras que beneficiem os pedestres com novas calçadas, galerias cobertas, iluminação, uma rua 24 horas, serviço de informações e outras vantagens como estacionamento coberto.

Decisão pode sair amanhã

O GDF deve correr contra o tempo para tentar manter a data de inauguração do Shopping Popular, prevista para o próximo dia 10. E, até que o recurso seja julgado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o que deve ocorrer até amanhã, os ambulantes vão ter que aguardar e quem está em situação irregular tentar reverter a situação.

Segundo Márcia Fernandez, o governo continua a receber denúncias de irregularidades e reclamações. A intenção é divulgar uma nova lista após serem analisados os processos de exclusão e inclusão de feirantes. Muitos deles alegam ter apresentado a documentação correta e não terem recebido o direito a um estande.

Quem se encaixa nessa condição deve procurar a sede da Coordenadoria de Feiras para se apresentar. Dentre os documentos necessários estão as notificações e multas de apreensão de mercadorias, o boleto de pagamento do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Dartf), emitido na recuperação dos produtos apreendidos, as notas fiscais de mercadorias, autorizações e taxas de ocupação de área pública emitido pelas administração regional. As denúncias também podem ser feitas, por escrito, ou pelo telefone 156.

A obra

O Shopping Popular fica ao lado da Rodoferrviária e conta com uma área total de 40 mil metros quadrados e cobertura em estrutura metálica. Ele tem capacidade para 1.704 boxes, com quatro metros quadrados cada, e estacionamento com 923 vagas em garagem subterrânea e 450 na área externa. A obra custou aos cofres do GDF um montante de R\$ 21,2 milhões.

O local conta com banheiros, fraldário, caixas eletrônicas de instituições bancárias, 46 espaços destinados à praça de alimentação e rampas de acesso adaptadas aos portadores de necessidades especiais. A compra e a montagem dos boxes é responsabilidade de cada ambulante. O custo ficará entre R\$ 3,5 mil e R\$ 4 mil para cada um. A maioria deles tenta negociar com o Banco do Brasil uma linha de crédito para financiar o investimento com carência entre seis e 12 meses e juros até 7,25% ao ano.